



URBANISMO E CIDADE NO ANTIGO EGITO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Liliane Cristina Coelho*

Resumo: A maioria das antigas cidades egípcias foi construída em áreas próximas ao vale do Nilo, com materiais frágeis como os tijolos de adobe e fibras vegetais. Os dados que temos relativos a elas são escassos, e geralmente são provenientes de assentamentos atípicos, construídos em áreas desérticas por ordem real. Os egípcios deram às suas cidades diversas designações, as quais dependiam, sobretudo, da função dada à localidade, e não de dados estatísticos, como o tamanho de sua população ou sua densidade populacional. Desta maneira, a cidade egípcia deve ser pensada como uma instituição diferente das cidades atuais e mesmo daquelas dos períodos Helenístico e Romano. Neste artigo, debateremos o conceito de cidade, expresso pelos antigos egípcios por meio de denominações linguísticas, da função e da localização da mesma em relação ao Nilo, bem como mostraremos, por meio de exemplos, para que tipos de assentamento cada denominação linguística era utilizada. Para tanto, utilizaremos noções básicas sobre a escrita egípcia antiga, bem como a bibliografia secundária produzida sobre o assunto, baseada principalmente em dados arqueológicos levantados em escavações nessas localidades.

Palavras-chave: Egito Antigo; Cidades; Urbanismo.

Abstract: The most ancient Egyptian cities were built in areas close to the Nile Valley, with fragile materials such as adobe bricks and plant fiber. The data we have relating to them are scarce, and generally come from atypical settlements, built in desert areas by royal order. The Egyptians gave several names to their towns, which depended mainly on the function give of the location, not statistics, like the size of its population or population density. Thus, the Egyptian city must be thought of as an institution different from the current cities and even those of the Hellenistic and Roman periods. In this article we will discuss the concept of the city, expressed by the ancient Egyptians through linguistic descriptions, function and location of same in relation to the Nile, and show, through example, what kind of settlement each linguistic term was used. For so much, the basics of ancient Egyptian writing, as well as secondary literature produced on the subject, based mainly on data collected in archaeological excavations in these locations.

Keywords: Ancient Egypt; Cities; Urbanism.

* Mestre e doutoranda em História Antiga pelo PPGH-UFF. Membro do Grupo de Estudos Egiptológicos Maat e do Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade da Universidade Federal Fluminense. Professora do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval das Faculdades Itene, Curitiba – PR.



INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a cidade no Egito antigo foram, durante muito tempo, negligenciados pelos pesquisadores dessa cultura. Segundo o egiptólogo Manfred Bietak (1979: 97) há dois fatores principais que explicam essa negligência: a atividade dos primeiros arqueólogos, que se preocuparam especialmente em escavar objetos de valor estético para as exposições dos museus, e a localização dos vestígios das antigas cidades egípcias, que tem como principais obstáculos algumas condições geográficas e geológicas específicas do vale do Nilo.

Outra dificuldade deriva de que, no antigo Egito, enquanto os templos e monumentos destinados à eternidade eram erigidos com materiais estáveis como a pedra, as cidades e vilas tinham suas casas construídas com materiais frágeis e perecíveis, como os tijolos de adobe e fibras vegetais (MUMFORD, 2008: 95). Esse fato prejudicou a conservação dos assentamentos urbanos, pois as moradias eram feitas para durar apenas o tempo de vida de seus proprietários, e assim que ruíam, em um espaço disputado, novas construções se sobrepunham às antigas, tal como ainda ocorre nos dias atuais. Isso é facilmente demonstrado pela Arqueologia por meio de estudos estratigráficos em áreas de assentamentos urbanos em diferentes contextos.

Alguns centros urbanos, porém, foram construídos no deserto, o que propiciou a sua preservação e, conseqüentemente, sua utilização como fonte para os arqueólogos que se preocupam com o problema da cidade no Egito antigo¹². Segundo Margaret Bakos e Adriana Barrios (1999: 71), para os egípcios, construir cidades no deserto significava impor ordem a um espaço caótico. Isto está relacionado ao fato do deserto estar associado a Seth e ao caos, enquanto as terras férteis das margens do Nilo estavam associadas a Maat e à ordem. Dentre os casos raros, podemos contar as “cidades de pirâmides” dos Reinos Antigo (c. 2575-2134 a.C.)¹³ e Médio (c. 2040-1640 a.C.), dentre as quais destaca-se aquela construída por ordem do faraó Senusret II, chamada de Kahun por William Matthew Flinders Petrie. Já para o Reino Novo (c. 1550-1070 a.C.),

¹² Destacam-se neste campo, atualmente, Manfred Bietak, responsável pelas escavações em Tell el-Dab'a – Qantir, no delta, e Barry J. Kemp, que chefia os trabalhos arqueológicos na cidade de Amarna, no vale do Nilo.

¹³ As datas seguem a cronologia proposta por BAINES, J. & MÁLEK, J., 1996.



temos a capital efêmera do reinado de Akhenaton, Akhetaton (a atual Tell el-Amarna), e a vila que abrigava os construtores das tumbas reais no Vale dos Reis, conhecida no presente como Deir el-Medina. Tais assentamentos, embora sejam atípicos em se tratando de cidades e vilas no Egito antigo, são geralmente utilizados como modelo para os estudos sobre o cotidiano, e podem fornecer pistas importantes sobre como era a vida da população urbana em seus respectivos períodos.

Nosso objetivo neste artigo é apresentar algumas das características que diferenciam a cidade egípcia de outras cidades antigas, por meio das especificidades inerentes à escrita e ao espaço egípcio. Abordaremos o conceito de cidade para os antigos egípcios, por meio das diferentes denominações, da função e da localização dada a seus assentamentos urbanos, bem como teceremos algumas considerações sobre o urbano e o rural no Egito antigo. Para tal, partiremos de algumas noções básicas sobre a escrita egípcia antiga e da análise de bibliografia secundária produzida sobre o tema, baseada, principalmente, em dados arqueológicos levantados em escavações nessas localidades.

CIDADE E URBANISMO

Antes de falarmos sobre urbanismo e cidade precisamos entender como os antigos egípcios interpretavam esses termos. Nossa sociedade tem um conceito próprio para o que é uma cidade, e este varia conforme características inerentes a cada cultura. Segundo o arqueólogo Bruce Trigger (2003: 120) as cidades podem ser definidas como comunidades de não-agricultores, com um mínimo de 5000 habitantes ou uma densidade populacional de pelo menos 386 habitantes por quilômetro quadrado. Já para Charles Redman (1978: 216), cidade é o centro físico que manifesta as características da condição urbana. Dentre estas, estão uma população grande e densa; complexidade e interdependência; existência de organizações formais e impessoais; muitas atividades não-agrícolas; e uma diversidade de serviços centrais, tanto para seus habitantes, quanto para aqueles das pequenas comunidades da área do entorno.

O arqueólogo Vere Gordon Childe, em obra de 1950, estabeleceu algumas características para as cidades. Ele usou tais características para delinear e reconhecer as



primeiras formas de urbanismo, e mostrou como elas funcionavam e se inter-relacionavam. Charles Redman (1978: 218) reagrupou essas características em primárias e secundárias, e estabeleceu critérios para a sua classificação. Para ele, enquanto as características primárias relacionam-se à demografia, economia, e mudanças organizacionais que foram aspectos essenciais para as primeiras sociedades urbanas, as secundárias documentam que certas características primárias existiram.

Segundo Redman (1978: 218), são características primárias das cidades:

1. Tamanho e densidade das cidades: o grande crescimento de uma população organizada acarreta um nível crescente de integração social.
2. Especialização em tempo integral do trabalho: especialização da produção dos trabalhadores e sistemas de distribuição e troca institucionalizados.
3. Concentração do excedente: há meios sociais para a coleta e o gerenciamento do excedente produzido por camponeses e artesãos.
4. Sociedade estruturada em classes: uma classe privilegiada organiza e dirige a sociedade.
5. Organização do Estado: há uma organização política bem estruturada com membros baseados em residências (o reino como base).

As características secundárias reagrupadas por Redman são:

6. Trabalhos públicos para a construção de monumentos: há empresas coletivas na forma de templos, palácios, estoques, e sistemas de irrigação.
7. Comércio de longa distância: especialização e troca expandem a cidade e desenvolvem o comércio.
8. Trabalhos de arte monumentais e padronizados: grande desenvolvimento de formas de arte dando expressão à identificação simbólica e ao agraciamento estético.



9. Escrita: a arte da escrita facilita os processos de organização e gerenciamento.
10. Aritmética, geometria e astronomia: iniciam-se as ciências exatas e de previsão. (REDMAN, 1978: 218)

Por civilização, ou urbanismo, devemos entender, conforme aponta Charles Redman, um complexo sistema social, com grande diferenciação interna, organizado em linhas de estratificação social e com a elite administrativa controlando as maiores instituições organizacionais (1978: 229). Para este autor, a variável mais importante para medir o desenvolvimento do urbanismo é o crescimento relativo da formalização da complexidade interna, que surge como uma evidência da emergência da sociedade estratificada.

Bietak aponta determinadas características da cidade antiga, que podem ser usadas como hipóteses de trabalho para a discussão da cidade no Egito antigo (1979: 103). Segundo o egiptólogo, estas devem ser comparadas com as características das cidades atuais, para termos uma ampla visão da cidade na antiguidade. Tais características são:

1. Maiores concentrações populacionais para povoados de mesmo tamanho, bem como definições modernas baseadas no número de habitantes e no tamanho não são aplicáveis para a antiguidade.
2. Forma compacta dos assentamentos (ver item 9).
3. Diferenciação interna dos padrões de assentamentos: religioso, administrativo, industrial, e variedade de tipos de moradias representando diferentes classes de pessoas.
4. Centros de um distrito em administração, comércio, jurisdição, e tráfego.
5. Não é uma comunidade de agricultores, contudo uma parte de sua população pode ser formada por agricultores. A diferença entre cidade e vila é a função especial da cidade, oposta ao background agrícola da vila.



6. Concentração de indústrias, artes, bens e estoques.
7. Divisão do trabalho, das profissões, e da hierarquia social.
8. Uma cidade pode ser um centro religioso. No Egito antigo, elas geralmente possuem instalações de culto.
9. Algumas vezes, em alguns lugares, a cidade foi um centro de refúgio e defesa. É devido a essa característica que o muro que cerca a cidade se torna de importância fundamental para as cidades egípcias. (BIETAK, 1979: 103)

Tendo caracterizado o que é uma cidade, podemos passar agora para a definição de urbanismo. Este termo implica características que distinguem uma cidade e outras formas de assentamento. Uma definição importante para o entendimento do urbanismo é a de centro urbano. Segundo Toby Wilkinson (1999), centro urbano é um lugar central, geográfica e culturalmente, que exerce controle político regional, com uma população relativamente grande e densa, uma complexa divisão do trabalho, e uma estratificação social interna. Já urbanismo é a concentração de população em assentamentos maiores que aqueles de sua origem. Ou seja, o fenômeno do urbanismo prevê a transferência da população de centros menores, como as vilas, para centros maiores, como as cidades.

Há vários fatores que concorreram para estimular o crescimento da urbanização na Antiguidade. Dentre eles, está a existência de excedentes agrícolas para alimentar uma grande população, ou ainda para a troca por bens com outras cidades e mesmo com outros países. Esse fator está diretamente relacionado a características como a centralização organizacional, a divisão e supervisão do trabalho, e a concentração de pessoas e de bens, resultando na formação do Estado (BIETAK, 1979: 106).

A constituição do Estado foi um processo complexo, e foi influenciada por diversos fatores. Além dos já descritos, podemos citar os mecanismos de guerra e as pressões econômicas e populacionais, bem como a intensificação do comércio: um maior número de trocas exigia uma sociedade organizada. Redman (1978: 326-328) destaca algumas transformações que ocorreram durante este processo, e que levaram à



formação de centros urbanos: duas resultaram em núcleos controlados pela elite religiosa, e a última levou a um Estado secular.

A primeira transformação foi uma mudança nas estratégias de subsistência, e que teve ramificações abrangentes. A ela está relacionada a produção de excedentes, que possibilitou o aumento populacional e as trocas comerciais. A segunda foi o crescimento da especialização da produção e a riqueza diferencial baseada na propriedade da terra. Childe sugere que a especialização do trabalho começou com especialistas itinerantes, que se fixaram posteriormente em núcleos urbanos (REDMAN, 1978: 223). Assim, essa transformação teria levado à estruturação social baseada no parentesco e na amizade. Por último, a transferência do poder administrativo dos templos para o Estado, em função do crescimento do militarismo, levou à criação do Estado civil.

A tendência de centralização do Estado egípcio inicial e a economia redistributiva, que mantinha os projetos do Estado, foram influências importantes para o início do urbanismo no vale do Nilo (WILKINSON, 1999: 326). Esse processo aconteceu em paralelo à formação do Estado e à formação de núcleos de assentamento em várias áreas do Alto Egito. Nessa região, as cidades se desenvolveram, no Período Pré-Dinástico (antes de 3000 a.C.), em encostas isoladas ou em elevações abandonadas, ou nas margens do deserto. A localização desses centros, hoje, é difícil, mas as escavações realizadas mostram que se destacaram nesse período os assentamentos de Hieracômpolis e Naqada, no sul do Egito. No Delta, havia centros importantes no mesmo período, como Buto e Mendes. Saís e Bubastis ganharam importância após a unificação. Já no Médio Egito as condições geológicas tornam difícil esse tipo de levantamento, e não há referências a cidades nesse período; contudo, obviamente, não podemos descartar a sua existência.

Muitos desses primeiros assentamentos urbanos eram protegidos por um grande muro de tijolos, o que definia e restringia a área de habitação. Sugere-se que estas primeiras cidades tenham servido para a guarda de suprimentos, como locais para santuários, ou como um centro administrativo (WILKINSON, 1999: 327).



Nos últimos trinta ou quarenta anos, o interesse por conhecer aspectos ligados à sociedade egípcia ordinária (ou não régia) levou a uma mudança na Arqueologia egípcia, que passou a se preocupar mais com a escavação de sítios urbanos. Dentre os resultados obtidos, está um maior entendimento dos processos de estabelecimento e expansão dos centros urbanos egípcios, assunto que será discutido a seguir.

A CIDADE EGÍPCIA

Muitos detalhes gerais sobre uma sociedade só podem ser conhecidos se tivermos um íntimo conhecimento sobre suas cidades e as descobertas associadas a elas. Para esse fim, o estudo das cidades por meio da Arqueologia é essencial. Esse estudo, segundo Bietak (1979: 133), deve estar ancorado em dois objetivos essenciais, que são os objetivos da Arqueologia Urbana:

1. Estudar o *lay-out* dos assentamentos, e as relações entre as áreas de culto, os bairros residenciais, a arquitetura das casas em diferentes zonas, o tamanho da população e suas condições de vida. Também é preciso entender a relação entre as cidades e os cemitérios, em inter-relações cronológicas.
2. Estudar a posição geográfica dos assentamentos para identificar rotas de tráfego, áreas com recursos econômicos, e suas relações com outras cidades.

O Egito antigo e a cidade egípcia apresentam-se como um caso interessante para a Arqueologia Urbana. Segundo Toby Wilkinson (1999: 324), houve uma diferenciação entre o desenvolvimento das cidades no Alto e no Baixo Egito, em função principalmente de diferenças regionais ligadas ao desenvolvimento do urbanismo. Devido às transformações sócio-econômicas e ao processo de formação do Estado, este se desenvolveu primeiro no Alto Egito (Hieracômpolis e Naqada). O crescimento das cidades nessa região no final do Pré-Dinástico foi influenciado por razões defensivas e foi facilitado pelo controle central da população pelas autoridades.

Bietak afirma que alguns egiptólogos que investigaram as características da cidade no Egito antigo por meio de dados filológicos chegaram à conclusão de que a



antiga civilização egípcia só passou a possuir cidades e uma vida urbana em nosso conceito e pelos nossos termos a partir do Reino Novo (1979: 100). Estudiosos pioneiros em certos campos, como J. A. Wilson (apud GOELET, 1999: 65), consideravam o Egito como uma “civilização sem cidades”, conforme já a definira Max Weber (1988: 109). A Arqueologia, contudo, traz provas em contrário. Em primeiro lugar, devemos olhar para os assentamentos egípcios não apenas pelo seu tamanho, mas também pela sua função. E devemos levar em consideração que as possibilidades de locais para os novos assentamentos eram exíguas, já que as terras disponíveis eram inundadas anualmente pela cheia do Nilo.

Para Aztler (apud BIETAK, 1979: 99), o Egito não tinha cidades, ou não existia o “problema da cidade” e da distinção dos assentamentos baseada no tamanho até o Reino Antigo. As distinções apareceram em consequência da estrutura administrativa imposta durante esse período. Os assentamentos não eram poderosos por si só, eram apenas instrumentos de poder.

A cidade egípcia, assim, apresenta algumas particularidades (BIETAK, 1979: 98). Para compreendê-las, é preciso que nos dispamos das nossas idéias pré-concebidas sobre o que é uma cidade, e quais são suas características. Para os egípcios, dados estatísticos como tamanho da população e densidade populacional eram irrelevantes. Desse modo, devemos pensar a cidade egípcia como uma instituição diferente das atuais cidades e mesmo daquelas do período helenístico e romano.

Partindo desse pressuposto, uma pergunta que se impõe ao estudarmos os assentamentos egípcios, segundo Bietak (1979: 98), é: de que forma os egípcios distinguiram entre os diferentes tipos de assentamentos (cidades, vilas, e outros)? Para obtermos uma resposta, é preciso conhecer as designações dos antigos egípcios para cidades e outros assentamentos. Assim, se a distinção não é dada pelo tamanho, ela pode ser conhecida a partir da escrita hieroglífica.



A CIDADE POR MEIO DA LÍNGUA

Uma investigação arqueológica que tenha como objetivo localizar o urbanismo no Egito antigo e identificar as características das cidades egípcias precisa começar com comparações com as nossas visões tradicionais a respeito da vida urbana. Para Bietak (1979: 102), o arqueólogo deve, portanto, usar os termos do vocabulário de sua língua materna, e não aqueles da civilização que estuda.

Uma das formas de tentar entender como os egípcios pensavam a cidade, contudo, é justamente a partir de seu vocabulário. Os antigos egípcios possuíam pelo menos três palavras distintas para designar os diversos tipos de assentamentos urbanos existentes nas Duas Terras. Não há um grau de hierarquia entre os termos, entretanto, pelo menos não antes do Reino Antigo. Segundo Goelet (1999: 74), os dois termos mais comuns em egípcio para designar os assentamentos urbanos eram *níwt* (em egípcio, ) e *dmi* (em egípcio, ). Já Bietak acrescenta a eles o termo *ḥwt* (em egípcio, ) como uma instalação que tem um fim urbano (BIETAK, 1979: 99). Para um melhor entendimento dos termos e de seu uso, passaremos agora a uma discussão sobre o significado dos mesmos. Nesse estudo, porém, deve-se levar em consideração que os significados das palavras são variáveis no tempo e no espaço.

O signo *ḥwt* (em egípcio ) representa uma instalação retangular, cercada por um muro. No canto inferior direito, uma porta de entrada é visível. Segundo Bietak, lembra os fortes funerários que serviram de modelo para os palácios reais dos períodos Pré-Dinástico e Dinástico Primitivo (c. 2920-2575 a.C.). Dessa forma, este signo é usado em listas de domínios funerários, mas apenas para as fundações reais. Os domínios privados sempre aparecem com o signo *níwt*.

Segundo Aztler (citado por BIETAK, 1979: 99), os *ḥwt* eram centros de administração real espalhados por todo o país, talvez originados nos locais que abrigavam o rei durante suas viagens para exercer sua soberania e coletar impostos. Durante o Reino Antigo, os *ḥwt* foram centros econômicos e administrativos das Duas



Terras. Os assentamentos normais, com o ideograma *níwt*, eram controlados pelos *ḥwwt*, e não estavam isentos do pagamento de taxas.

Não havia distinções aparentes, entretanto, estabelecidas segundo o tamanho dos assentamentos, determinando se eles eram cidades, vilas ou simples instalações. A designação *níwt* como uma categoria cobria diversos tipos de assentamentos, incluindo os *ḥwwt* como um tipo especial.

Segundo Goelet (1999: 75), existe uma ligação entre os termos *níwt* e *ḥwt*. Quando os dois aparecem juntos em documentos administrativos, significam “estado” ou “fundação”. Para ele, os termos *ḥwt* e *pr* são utilizados frequentemente em nomes de lugares, mas como elementos formativos, e não, como determinativos.

O signo *níwt* (em egípcio ) representa um assentamento com formato circular, cercado por um muro, tendo internamente um esquema extremamente simplificado de um cruzamento de ruas. Segundo alguns egiptólogos, está relacionado às primeiras cidades egípcias, que tinham o formato circular. Este signo é utilizado como determinativo em nomes de cidades. Não ocorre, porém, em nomes de localidades estrangeiras, nas quais aparece o hieróglifo  como determinativo. A única exceção são as cidades-templo nos territórios núbios colonizados durante o Reino Novo.

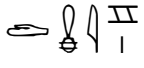
A utilização do termo *níwt* normalmente está associada a uma importante divindade local, o que raramente acontece com *dmi*. Por exemplo, Tebas (*wꜥset*, em egípcio) é designada como “Tebas, a cidade de Amon” (GOELET, 1999: 79). O termo *níwt* também pode estar associado a um templo local, e assim, a um assentamento de grande antiguidade. Isso porque, no Egito antigo, os templos dedicados aos deuses eram sempre reconstruídos no mesmo local. Na sua essência, porém, esse uso é simplesmente uma extensão da associação da palavra *níwt* com as capitais dos nomos. Do ponto de vista individual, a identificação com a cidade ou com o nomo é muito comum, conforme pode ser observado em inscrições autobiográficas, que identificam o autor ao seu local de origem. As expressões “minha cidade”, *níwt.i* (em egípcio, ) e “meu nomo”,



sp3t.i (em egípcio, ) são as duas identificações geográficas mais comuns nessas inscrições.

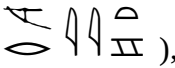
Frequentemente se assume que a diferença entre *níwt* e *dmi* está no tamanho do assentamento. Essa afirmação, porém, não é verdadeira, pois muitas *níwt* adquiriram sua distinção não por causa de seu tamanho, mas devido à importância de seu templo local.

Goelet (1999: 77) afirma que o termo ainda pode significar “a capital” ou “a cidade da residência real”. Esta utilização se desenvolveu a partir da íntima associação entre as “cidades de pirâmide” e as residências reais durante os reinos Antigo e Médio. A partir do Reino Antigo, todos os assentamentos designados por *níwt* estavam sob o controle daqueles assinalados como *hwt*. Isso se deve à organização estatal presente neste período. Na mesma época, a cidade da residência real não era fixa. O aparecimento do signo *níwt* como determinativo para cidade durante o Reino Médio pode estar ligado ao estabelecimento de um local fixo para a residência real.

O último tipo de assentamento egípcio explicado detalhadamente pelos autores é aquele denominado pela palavra *dmi* (em egípcio ). Esta palavra é formada por um conjunto de hieróglifos que tem como determinativo o sinal correspondente a “terras irrigadas” (canais), ou aquele correspondente a “margens do rio” (torrão de areia). Segundo Margaret Bakos (2001: 21), o sinal determinativo de *dmi*, um canal de irrigação () , relaciona-se com a abertura de canais de cultivo e sugere uma aglomeração mais espontânea e anárquica. Pelo contrário, *níwt* nunca aparece com esses determinativos. Dessa forma, devido à ortografia peculiar, do ponto de vista egípcio *dmi* é mais um tipo de assentamento.

Ao mesmo tempo, a palavra é derivada do verbo *dmi* (em egípcio ) , que significa “tocar, atingir”. Semanticamente, um *dmi* seria um local que é tocado ou atingido, e essa determinação é muito importante quando temos uma sociedade como a egípcia, na qual um dos principais meios de transporte são os barcos. Dessa maneira, há



uma ligação entre *dmi* com as palavras “cais” ou “porto”, que seriam uma tradução mais correta para *dmi* do que “cidade”. Em função dessa ligação, *dmi* pode corresponder a um porto, ou a um local específico: na cidade, onde é praticado o comércio, ou no templo, onde o faraó faz os seus pronunciamentos (GOELET, 1999: 78). Outra palavra utilizada para porto, fosse ele no rio ou na costa, era *mryt* (em egípcio, , que também possui como sinal determinativo um canal de irrigação (BREWER, REDFORD & REDFORD, [1994]: 10).

Tendo claro que *dmi* primeiramente significa “porto” ou “cais” e apenas secundariamente “cidade”, essa informação mostra algumas consequências para nossa visão sobre o urbanismo egípcio, bem como sobre a economia egípcia. A ligação de *dmi* com o porto é, então, muito importante para a economia redistributiva egípcia.

O *dmi* também está relacionado com a fundação das cidades, que se desenvolveram em torno dos grandes templos. É, ainda, o local ideal para os mercados informais. Dessa forma, o templo, e não a cidade, funcionaria como princípio organizacional do urbanismo egípcio. O termo pode também ser traduzido como “vila”, como na designação dada pelos moradores de Deir el-Medina ao assentamento: *P3-dmi*, ou, “a vila”.

Em alguns casos, *dmi* também pode significar “cidade” ou “assentamento”. Este uso é especialmente comum em conexão com cidades estrangeiras, que são frequentemente designadas como *dmi*, embora algumas vezes elas se localizem no interior dos territórios, longe do rio ou do mar. Goelet pondera que *dmi* também pode ser a cidade murada ou fortificada. Ele cita como exemplo uma lista de *dmiw* feita por Dominique Valbelle, onde aparecem diversas dessas cidades (GOELET, 1979: 86). Brewer, Redford e Redford ([1994]: 10) assumem, no entanto, que as fortificações, quando atingiam o tamanho aproximado de cidades, eram designadas como *inbw* (em egípcio, , que literalmente significa “muros”).

Assim como existia a ligação hierárquica entre *hwt* e *niwt*, a partir do Reino Antigo as *dmiw* aparecem sob o controle de *niwwt*. A designação já citada para Tebas,



que é chamada *niwt w3st nt imn hnwt n dmi nb*, “Uaset (Tebas), a Cidade de Amon, senhora de todo *dmi*” é particularmente interessante, pois expressa a princípio essa hierarquia entre *niwt* e *dmi* citada por Goelet, enquanto ao mesmo tempo indica que *dmi* representa o primeiro componente “urbano” do “campo”.

Nos textos egípcios, no entanto, o contraste entre campo e cidade não é comum. Quando acontece essa diferenciação, o campo corresponde ao vale do Nilo, e o valor das propriedades é determinado em função da facilidade que se tem no terreno para o acesso à água. Maiores considerações sobre a interrelação entre o rural e o urbano serão tecidas em momento mais propício.

Em listas de cidades, *dmi* aparece ao lado de *niwt* e *w3hyt* (em egípcio, , termo que é geralmente traduzido como vila. Isso indicaria que o tamanho não é o diferencial quando falamos sobre cidades egípcias, mas que a função também é importante para essa diferenciação. Para os egípcios, as distinções entre assentamentos surgem depois do Reino Antigo. A designação *niwt* pode ser comparada à “metrópole”, *dmi* à cidade, e *w3hyt* à vila. Essas designações, no entanto, não são usadas regularmente, e não apresentam nenhuma diferenciação obrigatória relativa ao tamanho.

OS TIPOS DE CIDADES NO EGITO ANTIGO: FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO

Conforme podemos observar em documentos administrativos egípcios, o tamanho de um assentamento não era essencial para a sua classificação, mas sim a sua função e sua importância como centro urbano. Os egípcios também não utilizavam, como critério classificatório, a população de uma cidade em números. A principal maneira usada para classificar uma localidade era de acordo com a sua proximidade com o Nilo, e de sua relação com o rio.

Segundo Trigger (2003: 131), o Egito deve ser visto como um estado territorial, diferente das cidades-estado existentes na Mesopotâmia e na Grécia. Dentro dessa perspectiva, o autor pontua algumas características dos assentamentos urbanos em estados territoriais: pequena população, e hierarquia organizada em níveis locais,



distritais, provinciais e nacionais. Esses centros eram dispersos e, normalmente, as cidades eram cercadas por muros, o que garantia a sua segurança.

Existia uma regra que derivava da função dos assentamentos no urbanismo egípcio. Segundo esta norma, a distância entre centros urbanos provinciais deveria ser regular: as cidades deveriam estar distantes 40 km, ou um dia de navegação pelo Nilo. Essa regulamentação mostra quão importante era o rio para os antigos egípcios, que costumavam utilizá-lo como a principal via de transporte do país.

Do ponto de vista geográfico, há muitas situações individuais diferentes para as funções e potencialidades dos povoados no Egito antigo. Há locais onde as condições geográficas são melhores para o desenvolvimento de centros de comércio ou mercados; outros possuem importância estratégica para a segurança ou a defesa; e outros controlam o tráfego de pessoas e bens entre o Egito e os países estrangeiros. A localização dos assentamentos urbanos frequentemente foi importante para a economia e para as características dos mesmos.

Manfred Bietak (1979: 104) classifica os tipos de cidades existentes no Egito antigo, e as diferencia em razão da origem do assentamento e da constituição física do local onde a população se instalou. Quanto à origem, as cidades podem ter se desenvolvido naturalmente, ou “organicamente”, geralmente surgindo como centros tradicionais de culto; ou podem ter sido planejadas e construídas artificialmente como, por exemplo, os casos de Amarna, Per-Ramsés, Itjitaú e possivelmente também Mênfis, originalmente.

Quanto ao local de instalação, ou localização, as cidades podem ser: *cidades-gezira*, quando foram construídas em elevações pleistocênicas, e permaneciam fora do efeito das cheias anuais do Nilo; *cidades-banco*, quando foram construídas em bancos de sedimentos depositados pelo Nilo, geralmente na margem do rio; *cidades reconstruídas*, que foram construídas sobre depósitos de materiais formados pelo acúmulo de resíduos de construções mais antigas; *povoados às margens do deserto*, que se desenvolviam durante a cheia no primeiro terraço do deserto quando o rio estava próximo; e, por



último, as *cidades especiais*, construídas com a finalidade de abrigar determinadas categorias profissionais, como as “cidades de pirâmide”.

Outras classificações são feitas tendo em vista a função dominante da cidade. De acordo com essa ordenação, as cidades poderiam ser: residência da corte; capital do Egito, ou de um nomo, ou de um distrito; centros tradicionais ou religiosos (cidades-templo); cidades de fronteira, quando eram centros ofensivos ou defensivos; cidades-porto, quando funcionavam como portos de comércio ou bases navais; centros de comércio nas junções de hidrovias e rodovias; centros industriais, especializados na produção de cerâmica, têxteis, objetos em metal, entre outros. Deve-se levar em consideração que as cidades geralmente combinavam muitas dessas funções, e que em alguns casos a especialização foi tardia.

As cidades-templo são um tipo especial de cidade e, no Egito antigo, possuíam características peculiares. De acordo com Bietak (1979: 131), as cidades-templo:

1. Eram os povoados mais concentrados.
2. Eram baseadas em assentamentos mais ou menos compactos que ficavam ao redor do templo.
3. Tinham diferenciação interna de padrões, com bairros religiosos, administrativos, industriais, e de moradias comuns.
4. Eram centros de administração, comércio, e transporte.
5. Não eram comunidades agrícolas.
6. Havia divisão do trabalho e diferentes profissões.
7. Havia hierarquia social.
8. Eram centros religiosos.
9. Serviram como centros de refúgio e defesa, como fica claro no caso de Medinet Habu.



Deve-se observar, contudo, que nem todas as cidades surgiram como centros religiosos, e que afirmá-lo é inconsistente com os dados arqueológicos (TRIGGER, 2003: 121). Vejamos um exemplo: entre março e abril de 1976, Barry Kemp (1977a) realizou estudos aprofundados no sítio de Abydos, e os resultados publicados mostraram como a cidade se desenvolveu.

Abydos não era uma cidade importante administrativamente, nem ficava próxima ao Nilo. No entanto, era conhecida nacionalmente como centro popular de culto ao deus Osíris. Segundo a mitologia, com o assassinato de Osíris pelo irmão Seth, seu corpo foi partido em 14 partes que foram espalhadas pelo Egito, sendo a cabeça jogada em Abydos. Com a posterior recomposição do corpo pela deusa Ísis e o embalsamamento feito por Anúbis, Osíris foi recomposto, reviveu e após a geração de Hórus foi inumado na cidade. Abydos então se tornou uma importante cidade-necrópole e centro de peregrinação.

Embora o mito tivesse incentivado a ocupação do local no período histórico, os dados obtidos nas escavações por Kemp demonstraram que o sítio já era ocupado antes do período dinástico, sendo usado principalmente como cemitério da fase Naqada I, e que os primeiros vestígios de habitação são do final de Naqada II. Durante o Reino Antigo surgiu o primeiro muro cercando a cidade e o templo, dedicado a Khenti-Imentyu, que precedeu Osíris como deus principal da localidade. Durante o Reino Médio constituiu-se a chamada via processional, num local conhecido como “terraço do grande deus” por meio de textos presentes em estelas funerárias ali encontradas (SIMPSON, 1974). A cidade teve seu crescimento acelerado durante este período devido ao aumento das atividades religiosas. A construção de capelas e cenotáfios, o comércio de objetos de culto, as peregrinações e, principalmente, a construção de templos eram pontos fortes para a manutenção da economia da cidade.

No Reino Novo, a cidade viveu a sua fase de maior prosperidade, pois foram construídos os templos dedicados a Osíris por Séti I e Ramsés II, bem como houve a restauração do *Osireion* – que era tomado como o túmulo de Osíris –, que auxiliou para o crescimento da cidade como centro religioso. Por fim, no Período Tardio, um grande



muro de tijolos foi construído para cercar toda a área, incluindo os templos, e a cidade antiga foi reocupada.

O crescimento da cidade de Abydos, que surgiu naturalmente com um centro urbano, fortalecendo-se devido às atividades religiosas, mostra como se dava o desenvolvimento desse tipo de assentamento no Egito antigo. A situação, porém, é diferente daquela que ocorre com as cidades planejadas.

Ao longo da história egípcia, a influência do Estado fez surgir algumas cidades planejadas. Estas eram construídas por ordem direta do soberano e tinham finalidades específicas, como abrigar os trabalhadores responsáveis pela construção das tumbas reais, ou os sacerdotes responsáveis pelo culto funerário de um faraó. Este é o caso das “cidades de pirâmide” edificadas durante os Reinos Antigo e Médio, da vila de Deir el-Medina e da vila de trabalhadores de Tell el-Amarna, construídas no Reino Novo.

A “cidade de pirâmide”, segundo Bietak (1979: 104), é um tipo especial de cidade planejada. Não é, obviamente, um centro de comércio ou tráfego, e tem tamanho e população limitados, pelo fato de ter um crescimento controlado. O autor afirma que a “cidade de pirâmide” não era originalmente uma cidade *stricto sensu*, mas possuía características, como a estratificação social e o desenvolvimento de atividades de subsistência, que a categorizavam como tal. Sua localização dependia do local escolhido pelo faraó para a construção de sua pirâmide, que era constantemente supervisionada pelo monarca, o que tornava a cidade, também, a residência periódica do rei.

Essas cidades foram importantes, ainda, para o desenvolvimento da urbanização no Egito antigo (BIETAK, 1979: 130). Após a morte do rei que havia ordenado a construção, elas continuavam a existir, mesmo sob o governo de outro soberano ou, ainda, voltavam a ser ocupadas séculos depois. Em função de sua atribuição no culto do faraó morto, eram isentas de impostos e taxas, o que pode ser verificado por meio da criação, por Pepi II, de um decreto que ao mesmo tempo em que a isentava dos impostos, destinava à cidade um funcionário administrativo. Esses assentamentos também recebiam trabalhadores que eram remanejados de outras cidades, e isso foi importante para o processo inicial de urbanização no Egito antigo. Este



desenvolvimento é conhecido por meio de fontes administrativas e funerárias, e pela existência de plantas que especificam o número de locais que receberiam esses novos habitantes.

Um dado que merece ser destacado sobre as “cidades de pirâmide” é que, em função de sua proximidade com a necrópole, os materiais provenientes das escavações realizadas nesses sítios pertencem tanto ao mundo dos vivos quanto ao mundo dos mortos. Assim, é possível explicar algumas semelhanças existentes entre a casa e a tumba por meio destes vestígios. O principal exemplo para assegurar essa afirmação é o material proveniente da necrópole de Gizé, edificada no Reino Antigo, e na qual as condições sociais eram marcadas também por meio da construção das tumbas. Nesse local, a pirâmide do faraó merecia um lugar de destaque. No seu entorno ficavam pequenas pirâmides para as rainhas e mastabas para a família real. Ao redor destas estavam as mastabas dos funcionários, cuja proximidade com a pirâmide se dava em função do cargo ocupado pelo proprietário do túmulo.

Existem semelhanças entre a “cidade de pirâmide de Gizé” e a cidade de Lahun (chamada Kahun por W. M. Flinders Petrie), que foi edificada durante o Reino Médio por ordem de Senusret II. As duas foram construídas com a mesma função – abrigar trabalhadores envolvidos com os trabalhos na pirâmide e no culto ao rei morto – e eram divididas internamente por um muro de tijolos. O muro interno mostra a existência de uma estratificação social, que era marcada pela diferenciação dos padrões de residência. Em Kahun, por exemplo, enquanto as casas de trabalhadores, localizadas a oeste do muro interno, possuíam somente quatro ou cinco cômodos, aquelas dos nobres tinham em média setenta ambientes.

O desenvolvimento das cidades planejadas se dava de maneira organizada, acontecendo na maioria das vezes intramuros, diferentemente do que acontecia com as cidades surgidas naturalmente. Um caso a parte é a cidade de Tell el-Amarna, que, apesar de inicialmente planejada, teve um crescimento orgânico, se desenvolvendo de forma natural mesmo sem sair do espaço a ela pré-determinado.



AS INTERAÇÕES ENTRE O “RURAL” E O “URBANO” NO EGITO ANTIGO

O fundamento de toda divisão social do trabalho é a separação entre cidade e campo. No antigo Egito, no entanto, o rural estava forçosamente ligado ao urbano. As cidades, assim como as áreas de plantio, disputavam o espaço existente nas margens do Nilo, e parte da população urbana executava trabalhos diretamente relacionados ao campo. O funcionamento econômico-social das cidades dependia desta interação, já que os suprimentos e insumos necessários para a sobrevivência dos assentamentos eram fornecidos unilateralmente pelo campo e por atividades que hoje são consideradas “primárias”, como, por exemplo, a pesca (CARDOSO, 1996: 72).

É interessante observar que, apesar da vocação agrícola do Egito, existem poucas representações iconográficas de aldeias, ou de assentamentos criados essencialmente com um fim rural. Quando a atividade agrícola é representada, os camponeses são mostrados apenas como mão-de-obra ou como contribuintes do fisco, e nunca como as pessoas que executam um dos ofícios mais importantes para a manutenção do Estado egípcio. Sua ocupação é uma das mais criticadas pelo pai que encaminha o seu filho para a escola dos escribas, na *Sátira das Profissões*¹⁴.

Durante o Reino Novo, a terra cultivável no Egito era dividida em “terra baixa”, *hrw* (em egípcio,), que representava a parte do solo que nunca deixava de receber a inundação, e “terra alta”, *nḥb* (em egípcio,), ou o terreno que era normalmente produtivo, mas que poderia ficar a seco em anos de cheia insuficiente. Havia ainda uma terceira categoria, constituída por ilhas que o rio formava ocasionalmente ao baixarem as águas, e que funcionavam como “terras baixas”. Eram chamadas de “ilhas”, *iww* (em egípcio,), e pertenciam, por definição, ao faraó (CARDOSO, 1987: 70).

¹⁴ A *Sátira das Profissões* é uma composição literária na qual um pai que está levando seu filho para a escola de escribas discorre sobre quatorze ofícios, dentre os quais o de camponês. O pai sempre mostra as dificuldades e pontos negativos dos ofícios, e enaltece a profissão de escriba, segundo ele a única sem chefe, e na qual o filho deverá ingressar.



Os espaços urbano e rural, no entanto, não eram assim tão claramente diferenciáveis. A localidade de Per-Ramsés, por exemplo, que foi construída no Delta como residência real dos faraós raméssidas, tinha em seu interior áreas que podiam ser definidas como rurais. No século XIII a.C., um escriba fez uma descrição de Per-Ramsés, na qual ele fala dos suprimentos que a cidade recebia dos campos à sua volta e por meio de barcos carregados que lá aportavam. O escriba fica mais impressionado, no entanto, com a presença, dentro da cidade, de bosques de tamareiras, plantações de melões, e tanques e canais com peixes e aves, que harmonizavam com a paisagem urbana (CARDOSO, 1996: 72).

Como fazer então para caracterizar como “urbano” um assentamento egípcio? Conforme exposto anteriormente, uma aglomeração só pode ser considerada urbana se pelo menos uma parte de sua população não se dedicar às atividades agrícolas. Sabemos que isto é verdadeiro para um grande número de cidades egípcias, inclusive para a já citada Per-Ramsés que, como residência real e capital do Egito, deveria ter pessoas treinadas nos mais diversos ofícios. Para exemplificar melhor esta interação entre rural e urbano nas cidades egípcias, partiremos agora para a análise de três assentamentos urbanos, sendo um do Reino Médio e dois do Reino Novo.

Nosso primeiro exemplo é Lahun, uma cidade planejada localizada no Fayum, que foi construída para abrigar artesãos e sacerdotes a serviço de Senusret II, conforme já comentado. Dentre os artefatos encontrados por Petrie em suas duas temporadas de escavações arqueológicas, constam enxadas de madeiras, que foram localizadas em conjunto com foices e enxós. Dada a função do assentamento, é possível dizer que, além de artesãos e sacerdotes, habitavam na cidade pessoas que tinham como ofício principal as atividades agrícolas. Instrumentos de trabalho pertencentes a praticantes de outros ofícios também foram encontrados, dentre os quais formões, malhos, e agulhas para teares. A porcentagem da população que se dedicava ao campo, no entanto, não pode ser levantada devido à escassez de fontes neste sentido.

O segundo exemplo é Gurob, outra cidade localizada no Fayum que foi escavada por Petrie. Nesta localidade havia um harém real, que era visitado pelo faraó durante



suas viagens pelo Egito. Os achados arqueológicos comprovam que, assim como acontecia em Kahun, é possível que uma grande parte da população da cidade estivesse voltada à produção de alimentos, à pesca e ao pastoreio (CARDOSO, 1996: 73). As mulheres do harém, no entanto, exerciam a tecelagem, e até mesmo treinavam escravas asiáticas para este ofício. Um grande número de rolos de fios que eram utilizados para esta atividade foi encontrado também em algumas casas, o que comprova que a atividade era desenvolvida também fora do harém. Assim como no primeiro caso, não é possível levantar a quantidade de pessoas que se dedicavam às atividades “primárias”, devido à falta de informações neste sentido.

Nosso terceiro exemplo é a parte Oeste da cidade de Tebas, que tinha uma ligação estreita entre o urbano e o rural. Em um levantamento realizado durante a XX Dinastia, havia na cidade 182 construções, sendo 179 casas e três templos. Dos chefes de família ou de equipes que habitavam nestas edificações, 179 declararam, em um censo, a sua ocupação principal. Destes, 47, ou o equivalente a 26,3%, declararam que estavam envolvidos com as atividades ditas “primárias” (agricultura, pecuária e pesca) (CARDOSO, 1996: 78). Ou seja, aproximadamente um quarto da população urbana declarou realizar atividades rurais, uma porcentagem que pode ser considerada significativa.

Por meio destes exemplos, então, fica claro que existia uma grande proximidade entre o espaço urbano e o espaço rural no Egito antigo. Quando não dividiam o mesmo espaço, o urbano era dependente do rural, pois do último dependiam as remessas de suprimentos e insumos necessários para o desenvolvimento da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é a base mais sólida para o estudo de uma sociedade. Sua construção, seja ela iniciada de forma natural ou planejada, denota a maneira como os homens que a habitaram lidavam com a natureza, e como a modificavam. Essa afirmativa é válida para todas as sociedades, em diferentes tempos históricos, o que torna possível entender uma comunidade a partir de suas habitações e da forma de suas construções. Assim, antes de estudar uma cidade, é necessário perceber que esta possui certas



particularidades, que são inerentes à cultura que a edificou. Uma delas diz respeito à área do entorno. Por exemplo, é preciso conhecer sua proximidade com a necrópole e com outros centros maiores ou menores, e qual é a sua relação com esses espaços. Essas informações são de grande valia, no caso do Egito antigo, para determinar a função do assentamento e sua importância como tal.

As dimensões de uma localidade também serão determinantes para a escolha do método de análise a ser empregado para uma comunidade específica. Redman afirma que a diferença entre investigar sociedades maiores e mais complexas e sociedades menores, ou de “vilas”, está apenas no tamanho da unidade a ser investigada. Ele cita Robert Redford, que sugere que a unidade maior deve ser entendida a partir da menor (REDMAN, 1978: 238). Isso porque, ao estudar comunidades menores, pode-se assumir a questão da uniformidade. Ou seja, assume-se que todas as famílias teriam a mesma atividade, e a base da economia seriam as *households*, ou unidades domésticas.

Alguns problemas, no entanto, se apresentam para o estudo das cidades antigas. Um deles, e talvez o principal, é saber quantos estágios de ocupação teve aquele sítio urbano, e por quanto tempo ele foi ocupado. Para cidades como Tell el-Amarna, no Médio Egito, que tiveram uma ocupação breve, esse problema está automaticamente ausente (KEMP, 1977b: 125). Outro problema é a falta de um *layout* imposto para as casas e para sua distribuição, quando as cidades surgiram organicamente. Um padrão é conhecido apenas para as cidades planejadas, e não para aquelas que surgiram naturalmente. Novamente Amarna se mostra como um exemplo à parte, pois, apesar de planejada, possui áreas que se desenvolveram organicamente (KEMP, 1977b: 126). Há ainda o problema da documentação. Sociedades como a egípcia não podem ser completamente reconstituídas ou reconstruídas, pois há lacunas na documentação que não podem ser preenchidas simplesmente com dados de épocas anteriores ou posteriores àquela que se estuda.

Por último, resta-nos falar sobre os problemas que surgem quando analisamos os relatórios de escavações realizadas no Egito, especialmente no século XIX e início do XX, quando a importância dada à localização exata de um objeto em um sítio



arqueológico era pequena. Ao analisarmos um assentamento urbano, especialmente por meio dos vestígios arquitetônicos e arqueológicos, dados sobre os locais onde os objetos foram encontrados quando de sua escavação nos ajudam a entender a maneira como as pessoas viviam, bem como nos dão pistas sobre a atividade do proprietário da unidade residencial analisada. A ausência desses dados dificulta a pesquisa, mas não a impossibilita. Outras informações podem ser obtidas, por exemplo, quando estudamos as mudanças nos padrões de assentamento ao longo do tempo, o que pode ser medido por meio dos tipos de resíduos encontrados em montes de lixo em diferentes estratos arqueológicos (DIXON, 1972).

O público e o privado, então, podem ser diferenciados pelo estudo da cidade. Suas estruturas, o modo de distribuição das residências, e os artefatos e biofatos presentes nos ambientes podem nos auxiliar para melhor entendermos o modo de vida da população, seja em um assentamento de grande porte, ou em um de menores proporções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, J. & MÁLEK, J. 1996. *O mundo egípcio: deuses, templos e faraós*. Vol. 1. Madri: Ediciones del Prado.
- BAKOS, Margaret M. 2011. *Fatos e mitos do antigo Egito*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- BAKOS, Margaret M. & BARRIOS, Adriana M. 1999. *O povo da esfinge*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- BIETAK, Manfred. 1979. Urban Archaeology and the “town problem” in ancient Egypt. In: WEEKS, Kent R. (eds.). *Egyptology and the Social Sciences*. Cairo: The American University in Cairo Press.
- BREWER, Douglas J.; REDFORD, Donald B.; REDFORD, Susan. 1994. *Domestic plants and animals: the Egyptian origins*. Warminster: Aris & Phillips.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. 1996. Considerações funcionais acerca das cidades egípcias do Reino Novo (XVIII – XX Dinastias), *Phoînix*, 2, 71-82.



CARDOSO, Ciro Flamarion. 1987. *Uma interpretação das estruturas econômicas do Egito faraônico*. Tese (Concurso para Professor Titular), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DIXON, D. M. 1972. The disposal of certain personal, household and town waste in ancient Egypt. In: UCKO, Peter J.; TRINGHAM, Ruth; DIMBLEBY, G. W. (eds.) *Man, settlement and urbanism*. London: Duckworth, 647-650.

GOELET, Ogden. 1999. "Town" and "country" in ancient Egypt. In: HUDSON, M. & LEVINE, B. A. (ed.). *Urbanization and land ownership in ancient Near East*. Vol. 2. Cambridge: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology; Harvard University, 65-116.

KEMP, Barry J. 1977a. The early development of towns in Egypt, *Antiquity*, 51, 203, 185-200.

KEMP, Barry J. 1977b. The city of el-Amarna as source for the study of urban society in ancient Egypt, *World Archaeology*, 9, 2, 123-139.

MUMFORD, Lewis. 2008. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes.

REDMAN, Charles L. 1978. *The rise of civilization: from early farmers to urban society in the ancient Near East*. San Francisco: W. H. Freeman and Company.

SIMPSON, W. K. 1974. *The Terrace of the Great God at Abydos: the offering chapels of dynasties 12 and 13*. New Heaven: The Peabody Museum of Natural History of Yale University; Philadelphia: The University Museum of the University of Pennsylvania.

TRIGGER, Bruce G. 2003. *Understanding early civilizations: a comparative study*. Cambridge: Cambridge University Press.

WEBER, Max. 1988. *The agrarian sociology of ancient civilizations*. London: Verso.

WILKINSON, Toby. A. H. 1999. *Early Dynastic Egypt*. London: Routledge.